



Sobre lesbianidade(s): o que pensam as juventudes?

About lesbianities: what do youth think?

Talita Gonçalves Medeiros

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
tgmhistoria@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo possuiu como objetivo interrogar e compreender as representações sobre a(s) lesbianidade(s) produzidas por estudantes de uma escola agrícola da região sul do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa, orientada pelos Estudos Culturais Lesbofeministas, produziu seus dados a partir de “rodas de conversas” complementadas por anotações no “diário de campo”. Podemos apontar, partindo das análises dos dados, que as estudantes possuem visões e entendimentos críticos e conceituais a respeito da(s) lesbianidade(s). A partir da temática foi possível compreender que a “lesbianidade(s)” é atravessada pela invisibilidade histórico-escolar e quando visível, ancora-se em representações mediadas somente pela violência.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidade(s), Escola, Diálogo, Lesbofeminismo, Brasil.

ABSTRACT:

The present study aimed to interrogate and understand the representations about lesbianity (s) produced by students of an agricultural school in the southern region of the state of Rio Grande do Sul. The research, guided by Lesbofeminist Cultural Studies, produced their data from "conversation wheels" supplemented by notes in the "field diary". From the analysis of the data, we can point out that the students have critical and conceptual visions and understandings about the lesbian (s). From the thematic one it was possible to understand that the "lesbianity (s) is crossed by the invisibility school-historical and when visible, anchors itself in representations mediated only by the violence.

KEYWORDS: Lesbianity (s), School, Dialogue, Lesbofeminismo, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações sobre a(s) lesbianidade(s) produzidas por cinco jovens estudantes do ensino médio. Para efeito de localização da pesquisa, trazemos dados da escola em que atuam os sujeitos desta investigação. A instituição de ensino, localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, é voltada às atividades agrícolas e oferta os cursos técnicos em agropecuária, agroindústria e vestuário, meio ambiente, além de cursos de graduação e pós-graduação. A escola frequentada pelas nossas participantes nos traz características peculiares e interpelam significativamente nas formas como elas se articulam e se conformam como jovens estudantes do interior do Rio Grande do Sul.

Devido ao seu afastamento do eixo urbano e a extensa e intensa formação oferecida aos/as estudantes, a escola possui um refeitório onde os/as estudantes, que passam o dia na escola por cursarem o ensino médio e o curso técnico, almoçam. Além do internato para os/as estudantes que residem em cidades vizinhas. Os alojamentos são divididos com base no sexo dos/as estudantes. Os alojamentos estudantis masculinos estão estabelecidos na entrada da escola. É um prédio que possui grandes janelas de vidros por toda extensão do corredor. Assim, toda e qualquer pessoa que entre no espaço do internato masculino pode ser facilmente visto. Já o alojamento dos internatos femininos, do mesmo modo, se encontra no estacionamento. Interessante notar que são ambientes de ampla frequência, visto que a escola possui em torno de 1200 a 1400 alunos/as.

Com Foucault (2011 [1975]), chegamos ao entendimento que essas localizações foram estrategicamente postas, à medida que para o autor, as formas e as maneiras de disciplinar os sujeitos adquiriram um novo formato com os novos desenhos urbanos. Dessa forma, na escola “o velho esquema simples do encarceramento e do fechamento começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências” (Foucault, 2011 [1975], p. 166). Os espaços de localização dos internatos fazem com que não se necessite de um vigia ou guarda na porta de cada um, todos/as cuidam e são cuidados por todos/as na escola, é o *poder disciplinar*. Na política de dominação dos corpos não é permitida indicar ou destinar o controle desses corpos a alguém, ao contrário. Seu objetivo é fazer com que todos/as possuam o controle de seus corpos e dos/das demais através da observação.

Para reunir as pessoas interessadas em participar das discussões que subsidiaram a produção dos dados, promovemos a divulgação no site da escola, em redes sociais e, também, fizemos convites em salas de aula no ano de 2015. Embora a escola apresente um número elevado de estudantes (aproximadamente 1200), apenas 5 meninas aceitaram participar da pesquisa. Acreditamos que fatores principais, como, o pouco interesse nas discussões sobre lesbianidades, o medo da participação no grupo e a possível identificação lésbica, e por fim, a falta de estímulos com discussões anteriores promovidas pela escola podem indicar o pouco interesse das estudantes e a baixa adesão das mesmas nas rodas de conversa e participação no grupo. Contudo, é importante destacar, que é justamente essa pouca participação um fator significativo de reflexão e análise, justamente, por ser caracterizar como um rompimento e uma abertura para o diálogo e questionamentos de suas “verdades”, assim como de seus familiares e escola.

Vale destacar que nenhum menino se prontificou a participar. Por uma questão ética, optamos pela substituição de seus nomes por fictícios, ainda que todas tenham assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. Elas estão entre 18 e 20 anos, são oriundas de famílias de classe média baixa, autodesignam-se como heterossexuais, brancas e morenas. A participação dessas estudantes em especial, sinaliza um interesse pelas discussões, sobre discriminações tendo em vista o fator sexualidade, preconceitos e violências de variadas ordens. Indica ainda, uma disposição em compreender outras eventuais visões de mundo, pelos debates críticos e a solidariedade/sosoridade com outras mulheres, uma vez que, elas questionam, interrogam e discutem a fim de buscar mais conhecimento e também de disseminá-lo. Reiteram a todo instante a necessidade de uma rápida mudança no entendimento que as pessoas possuem a cerca das lesbianidades. Mudanças essas que todas concordam que deve agir em todos os ambientes, esferas e espaços sociais.

Para a produção de dados, foram realizadas rodas de conversa e anotações no diário de campo, que foram analisados a partir das contribuições dos Estudos Culturais Lesbofeministas (de Lauretis, 2000; Mogrovejo, 2000, 2004; Wittig, 2006). Em outras palavras, nosso desejo era que as narrativas pudessem emergir de modo que as nossas perguntas fossem elaboradas a partir das experiências e/ou representações que eram privilegiadas pelas estudantes. Entre outras coisas, significa dizer que várias das perguntas foram elaboradas a partir de três modos: 1. Descrivíamos uma experiência ou opinião pessoal e esperava as reações das estudantes; 2. A partir de uma resposta elaborávamos outra pergunta ou comentário e 3. Ao escutar as reações e respostas, cruzávamos com uma experiência já narrada por uma das estudantes. O ponto inicial do diálogo foi a apresentação da investigação e as filiações institucionais da pesquisa. Realizada a parte introdutória, o diálogo era disparado pela primeira pergunta que sempre se referenciava as representações da lésbica e seus espaços de sociabilidades com as cinco estudantes que aceitaram o convite para participar da pesquisa. Em alguns momentos, após nossas perguntas, solicitávamos que as respostas fossem elaboradas e escritas em uma folha e, uma vez lidas, eram debatidas no grupo. Este movimento constituiu diálogos que somados chegaram a 18 (dezoito) encontros, realizados na sala dos professores/as da escola durante o horário do almoço dos/dos mesmos/as, todos descritos no diário de campo.

As rodas de conversa e o diário de campo nos proporcionaram um espectro de abordagens com vista a compreender os significados e as tensões sobre os entendimentos das temáticas propostas. Os usos das duas abordagens não significaram esgotar as discussões, definir verdades ou provas reais do que era dito pelas

participantes. Ao nos valer delas, buscávamos responder nossas próprias inquietações. Neste sentido, ao revisitar as memórias sobre nossas experiências na escola que foi locus da investigação, as anotações no diário de campo, algumas respostas/discussões anotadas pelas próprias participantes, juntamente com a discussão teórica sinalizada acima, possibilitou o cruzamento de dados e a execução da dissertação. Como citado, sinalizamos que os diálogos nas rodas de conversa eram iniciados com a descrição de cenas fictícias envolvendo personagens lésbicas, a exemplo das narrativas que seguem:

Joana [21 anos, professora] e Célia [28 anos, funcionária pública], formam um casal e vivem em união estável há, aproximadamente, 2 anos. Célia há três anos teve Pedro quando era casada com Mario com quem se separou logo após o início da gravidez. Elas vivem na periferia de Porto Alegre e pensam já no segundo filho, agora será Joana que irá engravidar. Ainda não tomaram a decisão de como farão para isso ocorrer.

Carolina [18 anos] faz administração no IFRS e o seu sonho é fazer direito. Ela quer ser advogada e trabalhar em núcleos de defesa de mulheres vítimas de violência. Talvez, porque seu pai é policial na Delegacia da Mulher – DEAM, em Canguçu. Há dois anos ela conheceu Sueli, uma estudante tímida que estuda Moda. Sueli vivia nas terras de remanescentes quilombolas Macanudos, mas há três anos vive no centro da cidade. Carolina e Sueli são fortes amigas, mas andam com problemas porque o namorado de Sueli, João, anda com raiva da namorada de Carolina. Não se sabe ao certo, mas Betânia, namorada de Carolina, foi selecionada em um projeto do professor de matemática e João, não.

Após a leitura coletiva eram iniciados os debates no grupo. Esse movimento constituiu diálogos que, somados, chegaram a 09 (noves) encontros, todos descritos no diário de campo.

De forma a perseguir o objetivo deste artigo, a escrita ficou dividida da seguinte maneira: na primeira parte, descrevemos alguns percursos interpretativos da categoria “lésbica” para, em seguida, debater, através das narrativas das estudantes, as representações político-sexuais da identidade lésbica, a fim de, na sequência, analisarmos suas compreensões dos modos como elas retratadas mais amplamente na sociedade brasileira. Essa ação justifica-se, pela importância do questionamento sobre lesbianidades, a qual Norma Mogrovejo (2000; 2004), reconhece como discursos que, foram constituídos e atravessados por marcas sociais que buscavam defini-la, usando, para isso, artifícios como a linguagem e as instâncias educativas. Essas, por sua vez, visavam, no entendimento dessa autora, constituir as normas com as quais os corpos seriam produzidos e com isso e/ou através disso, regulados. Sabemos com Jeffrey Weeks (2007), que o sexo foi hegemonicamente definido como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas e internas entre homens e mulheres. Entretanto, Weeks (2007) semelhante ao foi feito por Mogrovejo (2004), Foucault (1988), Lopes Louro (2007a, 2007b) e Caetano (2011) ao criticar as dimensões científicas que buscam fixar os sexos em suas dimensões biológicas nos levando ao entendimento de que o sexo, assim como o gênero, são significados construídos nas dimensões históricas, sociais e culturais e que, portanto, com eles e elas defendemos que a crença em determinada natureza do sexo merece ser questionada.

2. DISCURSO, DISCURSOS E REITERADOS DISCURSOS SOBRE A CATEGORIA “LÉSBICA”

A *Belle Époque* foi o marco introdutório do desenvolvimento tecnológico, cultural e industrial no Brasil do início do século XX. Ao importar da Europa novos arranjos políticos, econômicos e sociais, o país, aos poucos, modificou seus hábitos e costumes. Especificamente sobre a mulher, sua representação hegemônica era mediada pela figura representativa da feminilidade doce, sensível, dotada de fragilidade, predestinada à maternidade, a esposa e dona do lar. Em contrapartida, o homem se constituía com uma natureza forte e imponente: o responsável pela família (Soihet, 1989).

Segundo Michel Foucault (2004), a partir do século XVIII, como o sexo adquiriu um importante foco na vida dos sujeitos, inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas objetivava permitir regulá-los, cuidá-los e controlá-los. Os espaços utilizados para a “transformação” da conduta moral e social dos sujeitos foram, entre tantos, a igreja, a família e a escola. Esses dispositivos institucionais passaram a exigir, pelo discurso, dos/nos sujeitos a ordem natural dos desejos, ou seja, a manutenção da heterossexualidade

como uma norma estabelecida. No século XIX, como forma de regularizar o estudo sobre a sexualidade, o homossexualismo¹ ou inversão² foi criado pela *Scientia Sexualis* (Foucault, 1988).

Sabemos, através dos estudos foucaultianos, que o alvo dessas regulações e controles eram, sobretudo, os corpos das mulheres, das lésbicas e dos homens gays. Eram elas/eles assujeitadas, marcadas e aprisionadas dentro daquilo que se entendia que deveria corresponder a forma social. Isso porque tal investimento sobre os corpos dos sujeitos passaria antes pela produção de saberes específicos destinados a constituir não apenas o homem e a mulher, sujeitos responsáveis pela ordem e pelo progresso, mas também os corpos dos sujeitos que fugiam dos conceitos pré-estabelecidos a partir do sexo biológico, em uma tentativa de governo.

Ao analisarmos discursos científicos da maior parte dos séculos XIX e XX sobre as mulheres verifica-se que os dispositivos condicionantes que, articulados, possibilitaram suas emergências. Um desses dispositivos, que terá centralidade neste texto, é o da sexualidade: aqui entendida como um dispositivo histórico, atravessado e alimentado por estratégias de saber-poder que atua basicamente sobre os corpos subjetivando-os e objetivando-os.³

Desta forma, parece nítida a ligação entre poder e o saber científico, o que nos leva a refletir sobre os conceitos de governo, poder disciplinar e biopoder. Segundo Foucault (1993), o poder disciplinar ganhou importância depois do século XIX, exercendo papel fundamental sobre o louco, o delinquente e a criança, enquanto que o biopoder se dirigia aos cuidados, aos fenômenos ligados à população. Essas ferramentas nos permitem analisar os discursos científicos enquanto dispositivos de subjetivação e de governo. Nessa direção, o conceito de governamentalidade torna-se central nesta discussão uma vez que governar “é sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o ‘eu’ é construído e modificado por si próprio” (Foucault, 1993, p. 207).

Pensar os discursos produzidos e difundidos em torno da lésbica, nos aproxima da compreensão foucaultiana sobre os *regimes de verdade*, tendo como objetivo a produção da verdade última e definitiva sobre o mundo físico e social (Foucault, 1993). Esses regimes são, no caso deste artigo, as representações de estudantes que, ao estarem carregados de redes de significados, produziram performances da lesbianidade.

Para Mogrovejo (2000), o governo de corpos e desejos de mulheres que amavam outras mulheres ocorreu, sobretudo, a partir do século XIX, quando a medicina passou de seu conhecimento sobre as enfermidades para o conhecimento daquilo que seria, “el conocimiento de las reglas de discriminación entre lo normal y lo patológico. Y en la desviación de la norma, el lesbianismo se convierte en enfermedad, que lo aísla le impone un retorno a la normalidad” (Mogrovejo, 2000, p. 29). Essa “doença” era variável, vez que os diagnósticos ora a consideravam enfermidade física, ora psicológica.

Em 1869, Karl Westphald, psiquiatra de Berlim, concluiu que a “lesbianismo” era uma “anormalidade congênita, ou seja, uma má formação congênita que podia ser definida como defeito na constituição de algum órgão, ou conjunto de órgãos, que determinava uma anomalia morfológica presente no nascimento” (Westphald, 1869 In Mogrovejo, 2004, p.12). Ainda segunda a autora, alguns anos mais tarde, em 1887, Paul Moreau, utilizou o termo aberração para definir a inversão, considerando-a, ainda, como um vício vergonhoso que a antiga Lesbos havia deixado às sociedades modernas. As relações carnavais entre mulheres, esses amores insensatos que alguns autores modernos tiveram dificuldade de descrever em decorrência de sua perspectiva falocêntrica da relação sexual, poderiam revestir de um caráter patológico ou dar lugar a um autêntico delírio parcial limitado ao genital. Anteriormente a essa afirmativa de Moreau, Richard Krafft-Ebing, em 1886, já havia apresentado argumentos sobre a doença. Segundo ele, a inversão era uma psicopatia sexual, que podia ser advinda de duas formas: inata ou adquirida. O teórico, ao significar a psicopatia, recomendava às famílias uma maior atenção para com as filhas e/ou entes femininas. Ele, ainda, advertia que o “lesbianismo” era um mal perverso que se opunha aos objetivos da natureza, ou seja, não tem finalidade com a procriação.

Mogrovejo (2004) destaca que, em 1893, Julien Chevalier expandiu os conhecimentos de Richard Kraff-Ebing, ao afirmar que o “lesbianismo” era o resultado de doenças congênitas, mas que também era influenciado por fatores adquiridos socialmente. Dessa forma, Chevalier apresenta quatro fatores sociológicos que promoviam o “lesbianismo”: o safismo por prazer, o safismo profissional, o safismo por necessidade e o safismo por medo. No ano de 1899, Cesare Lombroso, fazendo-se cúmplice das hipóteses de Chevalier, acrescenta que a inversão é estimulada pelas inúmeras prostitutas que existiam no período. A partir dessa premissa, Lombroso inicia seu estudo com lésbicas prostitutas internadas em manicômios criminais, com a finalidade de buscar uma resposta ao “problema/doença”.

Entre os estudiosos brasileiros, o “lesbianismo” também era considerado uma patologia. O médico legista Afrânio Peixoto, formado em medicina em Salvador, no ano de 1897, tornou-se respeitado e conceituado na primeira metade do século XX no Brasil, em função de seus trabalhos desenvolvidos na área médica, por sua atuação como professor, escritor e jurista. Sua contribuição para/com este trabalho vem através do livro “Sexologia forense” (1934). Nele, o autor afirmava que:

[...] a inversão sexual feminina é mais inconsciente do que consciente, é muito vulgar: manifesta-se nos colégios, pensionatos, escolas, conventos e até na prostituição, pelas amizades estreitas, ciúmes, dedicações e até crimes, de que são capazes umas pelas outras até sem desconfiarem de uma inclinação homossexual: só uma minoria chega aos atos que declaram a inversão (Peixoto, 1934, pp. 161-163).

O médico propõe às mulheres com inclinação ao “lesbianismo” um tratamento e não uma punição. Assim, seriam aplicadas medidas que poderiam e deveriam ser tomadas a fim de evitar o desvio. Inspirado pelo livro *Inversão Sexual* do sexólogo britânico Havelock Ellis (1932 [1896]), Peixoto entendia que a relação entre meninas confinadas poderia desenvolver paixões mútuas, em exemplo;

[...] as amizades ardentes que as meninas criam nas escolas e nos pensionatos, entre si e com as mestras, constituem assunto de interesse psicológico considerável e grande valor prático. Esses amores infantis, meio termo entre a amizade e a paixão sexual, encontram-se em todos os países onde as meninas são colocadas juntas para a instrução, e os sintomas são regularmente uniformes, ainda que variando de intensidade e de caráter, segundo os tempos e os lugares, tomando, às vezes, forma epidêmica (Peixoto, 1934, p. 134).

Outro médico importante no cenário brasileiro, quanto ao diagnóstico e cura do lesbianismo, foi Leonídio Ribeiro. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916, trabalhou como médico legista na cidade do Rio de Janeiro, sendo considerado um dos discípulos de Peixoto. Ribeiro tentou provar a ligação entre desequilíbrio hormonal e homossexualidade.

Os discursos médicos, no tocante ao “lesbianismo”, fazem-nos constatar que, embora se assumam divergências quanto à sua origem, todos significaram a relação afetivo-sexual de uma mulher com outra como uma patologia/doença. Para Mogrovejo (2004), todas essas teorias fizeram com que as mulheres se patologizassem, sofrendo com uma falta ou uma negação de identidade, entrando em conflito com o seu próprio ser/estar feminino. O sentimento de doença se ampliou quando surgiu o discurso da “construção masculina do lesbianismo, a qual foi realizada por chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas. Esse discurso foi recoberto por imagens e metáforas assustadoras” (Nogueira, 2005, p. 12).

Essa energia e impulso por classificar e categorizar tem levado muitos historiadores e historiadoras a dizerem que o surgimento de distintas categorias de seres sexuais, ao longo dos três últimos séculos (XIX, XX e XXI), é consequência de um esforço contínuo de alcançar o controle social. Existem escritos sobre a história do “lesbianismo” que destacam que o desenvolvimento de uma identidade lésbica sexualizada, no fim do século XIX e princípios do XX, foi uma imposição por parte dos sexólogos, concebida precisamente para dividir as mulheres, com o fim de romper os vínculos emotivos e afetivos que as unem contra o autoritarismo e a governabilidade dos homens (Mogrovejo, 2004). Desde logo, isso contém um elemento de verdade. Não obstante, consideramos que é mais contundente ver o surgimento de identidades como produto da luta

contra as normas prevaletentes que, indiscutivelmente, tem efeitos diferentes sobre homens e mulheres. Os sexólogos não inventaram a lesbianidade, mas tentaram traduzir a sua própria linguagem, patologizando-a.

Entretanto, se os saberes médico-científicos buscaram patologizar a categoria e a vivência “lésbica”, ela foi se redimensionando ao longo do século XX, à medida que obras fundantes como o livro “O segundo sexo” (1967 [1949]) de Simone Beauvoir, ou inúmeras outras obras literárias foram sendo apresentadas. Mas foi com a emergência das lesbofeministas dos anos 1970, que atuaram no bojo dos movimentos feministas, que a palavra lésbica foi designada às mulheres que afetivo-político ou afetivo-sexualmente se relacionavam com outras mulheres. Monique Wittig, em 1980, afirmava que as lésbicas não eram mulheres, fazendo uma clara menção de que as lésbicas não eram o modelo de mulher subalternizada e voltada às necessidades do homem nas dinâmicas sócio-político-sexuais. Para a autora, a heterossexualidade era (é) a base que sustenta a dicotomia entre homens e mulheres e alimentava (alimenta) a sociedade patriarcal e a supremacia masculina.

O lesbianismo,⁴ enquanto movimento político-social surgiu no final dos anos 1960, paralelo à segunda “onda” do feminismo no marco da “revolução” de Stonewall em 28 de junho de 1969. Cansados da repressão protagonizada pela polícia do Estado de Nova Iorque, lésbicas, travestis e todos aqueles que frequentavam o bar chamado *StonewallInn*, resolveram não mais se calar diante de tanta violência e iniciaram uma grande rebelião. Elas/es enfrentaram a polícia em defesa de suas sociabilidades, iniciando embates físicos, a fim de resistir à violência. Esse talvez tenha sido um dos primeiro marcos das diversas lutas protagonizadas pelas lésbicas ao processo de desenvolvimento e busca de seus próprios objetivos: maior visibilidade e direito à liberdade sexual (Falquet Apud. Cisne y Gurgel 2014).

A expressão “o pessoal é político” aparece pela primeira vez como título de um escrito de Carol Hanisch no ano de 1969, com publicação no ano de 1970 tendo como título Notas del segundo año: “Liberación de la mujer” (Hanisch, 2016 [1969-1969]). Esse momento é crucial para a ampliação dos sentidos atribuídos à “lesbianidade”. Se, antes, era limitada às dimensões sexuais, ela passa a ser entendida como uma posição política de enfrentamento à dominação e ao poder patriarcal. Da concepção de movimento social emerge a categoria “lesbianismo”, desvinculada de sua ideia patológica frequentemente entendida com o sufixo “ismo”. A mulher, ao assumir a sua lesbianidade, não estava apenas alcançando a sua independência sexual e/ou protagonismo frente ao do falo, ela estava desafiando e rompendo um sistema político estabelecido de ordenações masculinas. Essa era a intenção inicial.

Adrienne Rich (1983) destacou que a heterossexualidade é obrigatória e estabelecida por uma norma social que assim se impõe, construindo uma invisibilidade dos desejos e autonomias lésbicas. Wittig (2006), no seu famoso artigo “*No se nace mujer*”, compreende a lesbianidade como opção política em detrimento de uma opção sexual que desestabiliza a ordenação da heterossexualidade compulsória. Nesse artigo ela propõe deslocar a identidade lésbica da dimensão meramente sexual e alocá-la no cenário político-social, desestruturando a lógica patriarcal dominante. Para ela, ser “lésbica” não significaria necessariamente apenas sentir atração e desejo sexual por outra mulher, seria reivindicar a subjetividade fora de uma relação na qual ela é sempre passiva. A lésbica, para Wittig, não alimentava as relações de poder e dominação masculina, destituindo a lógica patriarcal.

Segundo Mogrovejo (2004), os discursos produzidos acerca da lesbianidade são e/foram constituídos e atravessados por marcas sociais que buscavam defini-la, usando, para isso, artifícios como a linguagem e as instâncias educativas. Esse quadro vai de encontro ao entendimento de Teresa de Lauretis (2000) para quem a lesbianidade é uma ação efetuada no coração de um conjunto complexo e assentado em uma decisão livre: nenhum destino sexual governa a vida de seus indivíduos.

Butler (2003) entende que cunhar uma identidade, seja ela política, social ou econômica, restringe e pode fixá-la como algo natural. A problemática em definir algo fica estabelecida naquilo que chama de *representação*. Vale destacar que a representação nada mais é que sistemas simbólicos, político e linguístico, [que] estabelecem, a priori, o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados e representados. Navarro Swain (2004) nos diz que não podemos representar aquilo que é apenas um modo de ser e estar.

Segundo ela, a lésbica não existe a priori. Não se produz um modo de ser que anteceda a sua existência. O que existe são as representações marcadas ao longo do tempo que buscam descrever, de forma torpe, aquilo que é um modo de viver, “de uma busca e de um conhecimento do próprio corpo que é utilizado no prazer de outrem e de si mesmo” (Navarro Swain, 2004, p.86). Dessa maneira, nossa pesquisa atinge substancial revelância quando atentamos sobre as análises críticas apresentadas pelas nossas participantes sobre as lesbianidades e os discursos cotidianamente e reiteradamente conservadores. Aliás, esse foi o palco de inúmeras colocações, debates e assertivas sobre a necessidade de ação por parte da população em rejeição a “onda” conservadora que vem atualmente tentado tomar conta do Brasil. Com discursos machistas, sexistas e até mesmo de ódio sobre as minorias e qualquer pauta que envolva suas relações e existências, essa “onda” conservadora busca o alijamento das minorias, como de qualquer conhecimento crítico que envolva discussões a respeito da temática gênero e sexualidade nas escolas. Crimes como o assassinato de Mariele Franco, ocorrido dia 14 de março de 2018, que lutava em prol dos direitos dos negros e negras, dos LGBTQ+, pobres e excluídos, até o presente momento não foi solucionado pelas autoridades competentes.

2. 1. Quando o ato sexual designa a pessoa

Com o intuito de sabermos quais os entendimentos que as adolescentes tinham a respeito da lesbianidades, seus discursos e afim de demarcar o caráter sócio-político-cultural dos marcadores identitários produzidos em torno da lésbica e mais amplamente da mulher, e ao mesmo tempo, o questionamentos sobre as naturalizações sexuais e o posicionamento crítico das 5 (cinco) jovens envolvidas na pesquisa, as perguntamos: “O que você entende como sendo a lesbianidade? Obtivemos as seguintes respostas das 4 (quatro) meninas envolvidas no debate, visto a ausência de uma delas:

É a atração sexual entre duas mulheres. Quando duas pessoas sentem que devem ficar juntas. Para mim que sou heterossexual, lésbica é isso. Mas, talvez, seja algo que para quem é lésbica não é. Mas, acho que é interesse a atração de uma guria por outra.

Lara

São termos utilizados para denominar pessoas que se atraem por outras do mesmo sexo, apesar de muitas vezes não serem aceitas. Isso, talvez, por serem consideradas fora do normal. É bem mais antigo do que se pensa e eu não acho que seja algo ruim. É simplesmente uma opção sexual individual e própria de cada um. Mas, acredito que é entender que o amor pode ser encontrado em uma mulher que sente atração por outras mulheres. Leia

É uma mulher que sente desejo sexual por outra. Simples assim! Lisa

Sei que é uma questão de afinidades, de escolha! De um ser biologicamente feminino sentir atração e/ou envolvimento por outro com as mesmas características biológicas, ou seja, uma mulher que sente atração por outra. É uma opção não muito respeitada e/ou aceita nos dias atuais. No entanto, já sei que houve grandes avanços como, por exemplo, o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais homossexuais. No entanto, ainda há muita dificuldade de aceitação e tolerância da sociedade como um todo em relação a essas pessoas. A maior prova disso é o crescente número de agressões a seres humanos que não possuem opção sexual semelhante à maioria da população. Larissa

As respostas, em sua grande maioria, relataram que a lesbianidade se trata de “atração” pelo mesmo sexo, ainda que algumas não se limitem à questão sexual e ampliem o entendimento para as dimensões afetivas. Vale destacar que, para as estudantes, afeto e sexo são expressões que não obrigatoriamente caminham juntas. Para elas é possível manter relações sexuais sem nenhum grau de envolvimento afetivo, o estímulo seria a “curtição”,⁵ como destacou Lisa em um dos encontros. Entretanto, elas destacaram que socialmente, são mais justificáveis as relações que se centram no afeto.

As representações das estudantes vão ao encontro do que diz de Lauretis (2000), quando, ao questionar o senso comum em torno das identidades sexuais, afirma que a sexualidade é entendida como o sentimento de atração afetivo-sexual. Nesse sentido, podemos, por esse viés, dizer que uma das dimensões, talvez a mais simplista, da lesbianidade apresentadas pelas participantes seja de mulheres que sentem atração pelo mesmo sexo. Entretanto, não devemos esquecer que a categoria/identidade traz consigo outras dimensões

e discussões que são capazes de produzir efeitos nas representações de gênero das sujeitas que a reivindicam para se (auto) nomear.

Ser lésbica não nos parece apenas se limitar às dimensões afetivo-sexuais das mulheres, como foi mencionado pelas estudantes. E sobre isso, concordamos com de Lauretis, (2000), que nos diz que a lesbianidade é mais do que isso. Ela se configura como uma postura política de autonomia relativa frente a uma determinação heteronormativa que estabelece a relação obrigatória, complementar e assimétrica entre mulheres e homens. Em outras palavras, uma das dimensões políticas centrais da lesbianidade encontra-se na resistência de se configurar como objeto do desejo e da posse do homem e a posição reiteradamente determinista da passividade.

Assim, como Wittig (2006), alocamos a lésbica em uma dimensão política que desestabiliza a ordenação heteronormativa. No seu famoso artigo *“No se nace mujer”*, a autora descreve a lesbianidade como opção política antes de uma opção sexual, ou seja, ela afirma que a lesbianidade é uma escolha, entretanto, de cunho político de “(des)ordenação” da heteronormatividade. Essa afirmação desloca a identidade lésbica da dimensão meramente sexual e a aloca no cenário político-social, desestruturando a lógica patriarcal dominante. Sendo assim, para Wittig, ser “lésbica” não significa, necessariamente, sentir atração e desejo sexual por outra mulher. Para a autora, é recusar-se a ser o objeto de desejo e posse do homem. Ser uma invenção da modernidade androcêntrica.

As participantes, quando questionadas sobre o que entendiam a respeito da lesbianidade, apresentaram repetidas vezes os termos “opção” sexual e “escolha”. Essas expressões nos fazem refletir sobre as heranças culturais respeito da lesbianidade que durante séculos foram (são) alimentadas pelos discursos religiosos, científicos e educativos. O dado apresentado nos reitera a ideia de que identidade sexual se configura como uma mera eleição, ou seja, um ato de liberdade dado ao sujeito. Neste sentido, o sujeito deve se servir, diante das resistências hegemônicas ao seu modo/estilo de vida, da responsabilidade de se refazer e de se projetar com os marcadores sociais legitimados.

Percebemos que essas enunciações⁶ são reproduções que se ancoram em uma série de questões já ditas, e que buscam, em uma definição, a responsabilização do sujeito pela condução de sua vida. As estudantes utilizam de estratégias comunicativas que nos possibilitam a interpretação de que a identidade sexual é uma decisão individual. Ainda refletindo sobre o depoimento das participantes, podemos notar que elas elencam categorias, além das já mencionadas. Assim, como nos diz Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2009), é por meio dos significados produzidos pelas representações que o ser humano passa a dar sentido à sua vida e dos outros. A construção da identidade é fundamental para que o ser social responda a si mesmo as perguntas centrais de sua existência, a exemplo de: quem sou/estou? Ou, o que sou/estou? Mas isso ocorre através de complexos mecanismos em que com o/a outro/a é parte da construção da diferença por meio da qual é construída a categoria que nomeia o sujeito, a identidade. Vale destacar que o sujeito suporta sobre seu corpo inúmeras identidades e esses arranjos produzem infinitas apresentações (Silva, Hall e Woodward, 2009).

Assim, quando a estudante Lara reivindica sua heterossexualidade para designar a lesbianidade ela está estabelecendo redes e práticas de significados e representações e, com eles, construindo relações de poder, de quem pertence a um grupo e quem faz parte de outro, a exemplo das lésbicas. Sua identidade “heterossexual” se constitui em relação à “lésbica”, mesmo quando não foi solicitada a executar esse exercício. Essa relação de poder existente, ao ser verificada na fala, denota claramente distinções de lugares e posições assumidas pelos sujeitos. É como se, ao se narrar, a participante colocasse a si mesma em um patamar diferenciado e, talvez, superior porque assim se define e define o/a outro/a. Não se trata de afirmar simplesmente aqui que esse lugar seria melhor ou pior que a lésbica. Contudo, não podemos negar que a heteronormatividade aloca essa identidade na periferia da heterossexualidade feminina.

Quando utilizamos a expressão “patamar diferenciado”, estamos refletindo juntamente com Stuart Hall (2009), que nos afirma que, ao buscarmos uma determinada identidade, buscamos com ela a legitimação

desses ideais, que nos fazem pertencentes a um determinado grupo. Mas, para compreender esse fator, é necessário perceber a identidade como construto cultural.

3. DIMENSÕES IDENTITÁRIAS E AS REPRESENTAÇÕES DE LÉSBICAS

Segundo Hall (2009), devemos perceber quem fala, como fala e para quem fala sobre a identidade. O sujeito que fala produz seu discurso a partir de uma posição histórica e cultural específica, de um lugar. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2009), isso ocorre porque a identidade é inteiramente dependente da ideia que fizemos dela, ou seja, inteiramente dependente da ideia que é construída por quem possui o poder de assim fazê-la. A imposição que aquele/a que tem/está no poder busca impor sobre os sistemas classificatórios faz parte da comunidade imaginada (Anderson, 2008) e é capaz de produzir efeitos e limites (sociais) entre os/a sujeitos/as/identidades. Assim, continuando nossa reflexão sobre o depoimento das participantes, reconhecemos a afirmação de Silva (2009, p. 76) quando afirma que

[...] a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e diferença são criações sociais e culturais.

Destarte, a partir dessas questões, buscamos provocar as estudantes com a seguinte pergunta: “Socialmente, como você acredita que uma lésbica deve se portar? Ela pode demonstrar seu amor/carinho pela sua parceira publicamente? E como você reagiria assistindo a essa demonstração?”

Eu acho super errado esse “portar-se”. Temos sempre que obedecer o que a sociedade quer, se não somos vitimas de preconceito. Eu super apoio as lésbicas demonstrarem o seu amor e carinho, confesso que fico ‘meio assim’ de uma cena desse tipo, até porque o jeito que fomos criados é para ter preconceito. Leia

Notamos que, ao interpelarmos com a questão, Leia nos demonstrou uma resposta contraditória: “*Eu super apoio as lésbicas demonstrarem o seu amor e carinho*” e, ao mesmo tempo, responde “*confesso que fico ‘meio assim’ de uma cena desse tipo*” e justifica a afirmação com “*até porque o jeito que fomos criados é para ter preconceito*”. Ao analisarmos a resposta da estudante, notamos que o preconceito está configurado na forma como ela se expressa, ainda que velado ou negado. Podemos compreender que, para as participantes, lesbofobia ainda é compreendida como preconceito apenas quando praticada a violência física. A violência verbal ou moral ou “*meio assim*” nos representa não saber o que fazer frente a uma situação. É sinônimo de que essas situações, demonstrações de carinho entre parceiras em público, não são entendidas ou compreendidas como algo pertencente a suas dimensões de existência, às suas identidades.

A resposta de Larissa, para a questão sinalizada acima, apresenta-nos outras indagações importantes e necessárias, quando ela diz:

Eu agiria com naturalidade. Assim, a meu ver, um casal heterossexual tem uma demonstração de carinho mais comum. É claro que, em ambos os casos, considero a demonstração de carinho válida. Mas existem coisas que só podem ser feitas entre quatro paredes.

A argumentação nos deixa clara a necessidade de comparação, de referenciar, demarcar, como já mencionado, as heterossexuais e as lésbicas. O pensamento expresso na última narrativa de Larissa, após vários diálogos em nossos encontros, ainda está pautado por divisões claras e distintas em blocos dicotômicos: a heterossexualidade, como referência, e aquelas que não são heterossexuais. Nesse último, cabem as excêntricas, ou seja, aquelas mulheres que estão fora da centralidade referencial e legitimada socialmente. As estudantes, dada a forma como foram e são educadas, reivindicam sempre a comparabilidade dicotômica para emitir suas opiniões. Ainda nesse raciocínio, nos transparece que, após demarcar esses dois polos, surge outra comparação: se a hétero pode, a lésbica também pode. Isso nos sinaliza a dificuldade de pensar as mulheres em

suas multiplicidades performáticas e como agentes públicas de direito. Luana também nos sugere a mesma compreensão, quando nos diz:

A mulher lésbica deve se comportar como qualquer pessoa heterossexual. Demonstrações de amor em público são ótimas e me deixam alegres por perceber que conseguiram passar por cima do que a sociedade afirma ser correto. Mas temo por elas, a sociedade é muito violenta.

Compreendemos, com a presente resposta, um não avanço em si, pois as lésbicas apenas podem realizar atos, demonstração de carinho e amor após aprovação ou permissão daqueles/as que possuem a legitimidade de estabelecer o que é correto, a heterossexualidade androcêntrica. Ao usar os limites impostos pela regulação daquilo que é aceito, normal e moral, a heterossexualidade busca regular, as vezes por meio da violência, a apresentação das lésbicas. Isso vai ao encontro do que Larissa ainda nos revela quando diz que *“existem coisas que só podem ser feitas em quatro paredes”*. Esse quadro nos demonstra uma sexualidade ainda cerceada, reprimida e controlada.

De Lauretis (2000) nos indica a necessidade de transformações das experiências femininas de opressão em consciência feminina. Para ela, essa consciência servirá de base para as problematizações do ponto de vista divergente entre as mulheres, proporcionando, assim, através do desenvolvimento dessa consciência, uma técnica de análise capaz de desestruturar a rede de poder. Esse exercício permitiria que as mulheres passassem, por meio de seu desenvolvimento crítico e coletivo, a confrontar a hegemonia ao se tornarem políticas. Dessa forma, analisando as respostas das estudantes que sugerem as palavras “normal”, “correto” e “aceito” para as relações afetivo-sexuais de lésbicas, resolvemos interpelá-las com outra pergunta: “A partir de quais padrões comportamentais você acredita que a sociedade define a identidade lésbica a uma mulher”?

Lésbicas que sejam um erro que possa ser consertado, Lara.

A sociedade, ao meu ver, acredita que o comportamento da mulher – tanto hetero como homossexual - deve ser de submissão. Ela deve aceitar o modo como é tratada e vive. A mulher “ativista”, que demonstra sua opinião, demonstra o que está errado e que luta pelos seus ideais é um câncer na sociedade. Até mesmo as mulheres recriminam. E a mulher homossexual é vista como “uma mulher macho que quer se homem a todo custo” E também é vista como uma anomalia, por não aceitar o papel que lhe é imposto. Larissa

A mulher heterossexual, sua preocupação maior é com o casa- mento hetero. É através do casamento que muitas mulheres se tornam “independente” porque passam a ter suas casas, famílias e um marido que as sustenta. A mulher homossexual, são vis- tas como as machorras as homenzinhas, portanto, tem que andar como tal, se comportar como tal. É dessa forma que a sociedade as vê. Leia

A lésbica tem que ser o oposto daquela mulher arrumada e maquiada. Luiza

A lésbica se comporta de um jeito dito masculinizado. Lisa

As representações sociais que interpelaram as participantes e que são anunciadas na roda de conversa giram em torno de marcadores dicotômicos que buscam não somente definir espaços e comportamentos sociais às lésbicas, mas também regular/estabelecer as expectativas das heterossexuais. As representações de Lara, Larissa, Leia, Luiza e Lisa são fortemente ancoradas em conceitos de beleza e de estética destinados às heterossexuais, aos quais as lésbicas não teriam como corresponder, dados os seus papéis sociais. Para elas, as lésbicas não são femininas, à medida que não pintam as unhas, não usam maquiagens, não se vestem como mulheres – e mulheres são as heterossexuais-, não assumem a maternidade, não são donas de casa e ainda desejam demonstrar socialmente uma intenção ou uma projeção mais masculinizada. Nesse caso, a masculinidade seria o oposto daquilo que são atribuídas às heterossexuais e semelhantes aos comportamentos das lésbicas. A partir dessa análise, podemos compreender que, além de as meninas pautarem seus entendimentos de forma polarizada, elas ainda compreendem que aquilo que as torna “mulheres” são as representações: maternidade, meiguice, delicadeza, cuidado corporal, beleza e trabalho doméstico. Assim sendo, as lésbicas não se encontram nessas representações à medida que não correspondem aquilo que as define enquanto mulheres.

Ser lésbica é, portanto, para as estudantes, abdicar das funções centrais construídas e legitimadas pela história para o ser mulher. Nesse caso, mesmo sendo a “mulher” uma ficção, dadas as multiplicidades com que essa identidade sexual se projeta, nas representações das estudantes, “a mulher” se caracteriza por um conjunto de comportamentos a que todas, independente de classe, raça, sexualidades ou aspectos geográficos e culturais, devem obedecer em maior ou menor grau. Desrespeitar esses comportamentos é adjetivar o substantivo “mulher” com as marcas “mulher lésbica”, “mulher de mentira” etc. Para a maioria das estudantes, as lésbicas são reproduções do homem. Nesse sentido, as lésbicas estariam abrindo mão do papel de mãe e condutora do lar para se configurarem como elemento de disputa entre os próprios homens.

A transgressão das expectativas de gênero talvez seja a maior marca da lesbianidade presente nas narrativas das estudantes. As lésbicas parecem negar, em práticas cotidianas, a simbologia da dominação do homem, do poder simbólico do falo e da procriação. Em sua última instância, negariam o poder patriarcal, ou seja, assumiriam a “dianteira” de suas vidas ou seriam ativistas, conforme a fala de Larissa.

O olhar e as imagens majoritariamente assimiladas pelas estudantes sobre a “mulher” invisibilizam as representações que não estão no interior da heteronormatividade. Em outras palavras, a sociedade se utiliza de estratégias com vista a ensinar os sujeitos a assumir as configurações esperadas referentes às identidades e, por mecanismos de reafirmação, determinam que a heteronormatividade deva acompanhá-lo por toda vida. Essas estratégias, segundo Caetano (2016), articulam as performatividades de gênero consideradas “normais” a um único modelo de identidade sexual: a heterossexual. Nela as relações de gênero são dicotômicas, assimétricas e complementares.

As falas das estudantes denunciam características muito próximas de uma sociedade ainda mantida sob o véu de preconceitos e da violência. Da mesma forma, também nos transparece a necessidade de avanços em estudos que visibilizem esses sujeitos ainda mantidos à margem da sociedade. Entretanto, se, por um lado, a lesbofobia ainda se encontra nas relações cotidianas das lésbicas, por outro, são inúmeras as ações de quebra de paradigmas e de rótulos que as reconceitualizam, reinventando o imaginário instituído e a marginalização imposta. Ainda que estejamos longe de uma sociedade alicerçada no direito ao afeto, ao amor e a democracia, as representações sociais postas, tais como as citadas pelas participantes, deslocam as relações ancoradas na tradição e na norma quando falamos das mulheres. Esse cenário sinaliza que podemos nos transformar em agentes de nossas próprias desconstruções e reconstruções.

Quanto à escola, os espaços de reflexão sobre a situação feminina e mais especificamente sobre a lesbianidade pouco ocorrem. Nesse sentido, ela busca afastar de si, em certa medida, o compromisso de um ensino para a vida, detendo-se apenas e tão somente em assuntos marcados por um currículo prescrito, fechado, duro, reto, ou seja, sem qualquer formato ou tentativa de renovações ou de olhares mais sensíveis às situações vividas pelos seus sujeitos. Refletindo a respeito da falta de discussões sobre esta temática na escola, buscamos juntamente as participantes saber se elas acreditam que são importantes essas discussões na escola? E Por quê?

Um dos meios é para que se possam conscientizar as pessoas de que o preconceito é algo totalmente incabível. Além de promover a igualdade entre todas as pessoas. Lara

Acho que mais que importante, é essencial, pois temos preconceitos por que fomos ensinados a ser outra coisa (no caso heterossexual). Se a desde a escola fosse passado que poderias ser desde pequenos heteros ou homos, não haveria o preconceito que existe hoje. Ela ainda dá sugestões um evento que fale das questões de gênero e daí puxe para orientação sexual, era fundamental para a construção de uma cidadania sem preconceitos, até porque isso cabe a escola, que não jogue toneladas de conteúdos programáticos e que esqueça que é a sua responsabilidade a formação de cada aluno para o mercado de trabalho e em sua vida. Larissa

Considero totalmente importante porque a homossexualidade (querendo ou não) faz parte do nosso dia a dia, é algo que presenciamos. Devemos aprender a respeitar esse tipo de relação, uma vez que é uma relação que envolve sentimentos, desejos, afinidades como toda e qualquer forma de relação. Julgo ainda mais importante em instituições como o x⁷, que ainda tem impregnado o machismo e/ou conservadorismo nas relações sejam elas de amor ou de amizade. Léia

É um assunto “novo” que nunca foi discutido no passado e que tem gerado muita polêmica e é cada vez mais comum na sociedade. Luiza

Quando se trata de um assunto com crianças desde cedo, possa se tornar comum, e essa atitude poderia criar adultos conscientes e menos preconceituosos. Lisa
Praterminar com esse preconceito sem razão. Luana

Nas falas “informais” das rodas de conversa podemos constatar que a lesbianidade se configura como uma categoria visível nos espaços de interação extraclasse da escola. Entretanto, a identidade política é sustentada pelas corporalidades das estudantes, ou seja, elas não são admitidas naquele espaço como uma possibilidade performática a ser adotada por elas nos temas que assumem centralidade. A partir das falas de Larissa, Léia e Lisa podemos afirmar que a escola, enquanto instituição formadora, limita as temáticas de gênero e sexualidade aos conteúdos descritos pela lógica heterossexual. Ao não promover a equidade entre os gêneros e ignorar as multiplicidades performáticas das sexualidades, cristaliza a heteronormatividade e não contribui para a extinção das situações de violência contra as lésbicas e, conseqüentemente, não promove a cidadania mantendo-as sob o véu da invisibilidade. Isso nos demonstra o quanto a instituição ainda se mostra conservadora no que tange aos padrões sociais a serem seguidos por homens e mulheres.

Entendemos, através das metodologias aplicadas, que essas jovens ainda necessitam de maiores debates e conversas, problematizações e questionamentos acerca da sexualidade feminina. Essas situações acabam por reverberar nos preconceitos e nos limites impostos às representações sobre as lesbianidades. Desde os primeiros encontros, as participantes encerravam a lesbianidade dentro de uma representação de senso comum, atribuíam a essa mulher apenas uma postura de manter relações sexuais com outras mulheres.

Ao objetivar mais nossa discussão sobre a temática da lesbianidade, percebemos que essas jovens trazem algumas representações sobre lésbicas que fogem pouco daquelas representações de senso comum, fortemente atreladas ao “erro”, “pecado” ou “doença”. Elas questionam, interrogam e discutem a fim de buscar mais conhecimento e também de disseminá-lo. Reiteram a todo instante a necessidade de uma rápida mudança no entendimento que as pessoas possuem acerca da lesbianidade. Mudanças essas que todas concordam que devem agir em todos os ambientes, esferas e espaços sociais.

Ainda que possamos deslumbrar as inúmeras alterações no cenário político-cultural, a temática “lesbianidade”, no contexto social, não difere da forma como a mulher é retratada na escola, sendo atravessada pela invisibilidade histórico-escolar, ancora-se em representações mediadas pela violência, impossibilitando o protagonismo profissional, pessoal, social e escolar dessas mulheres. Igualmente, concluímos que esses espaços, ambientes e convivências, tais como a escola e a família, estão cerceando e (de) limitando o aprendizado dessas jovens, seja ele através do silêncio ou do silenciamento de suas vozes. Dessa forma, os dados obtidos nesta pesquisa apontam e recomendam a importância do enfrentamento de processos de exclusão social e o empoderamento de certas minorias e grupos, dentre eles as lésbicas, de maneira a fortalecermos e garantirmos uma sociedade democrática e cidadã.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a produção da investigação, pudemos compreender que a discussão sobre a violência contra as lésbicas ainda não assume a importância merecida, ou seja, apresenta-se de forma tímida nas denúncias públicas de violação dos direitos de mulheres. Entendemos que a violência psíquica, social ou patrimonial contra a lésbica, ao longo da história da sociedade brasileira, sempre esteve associada à invisibilidade e à forma com que as mulheres ocupam o espaço público.

Com o cenário da investigação foi possível compreender que as participantes possuem conhecimento crítico frente à divisão binária expressa nas palavras homem e mulher, assim como possuem quanto à diferenciação no tratamento, na criação e nas expressões sociais adotadas, firmadas e reafirmadas muitas vezes por seus familiares e escola a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher. Além disso, elas destacam a necessidade dessa ruptura por entenderem que não existem espaços, empregos e/ou até mesmo jeitos, pré-

existentes a priori ao sujeito. Mas não negam que as expectativas presentes nas representações são capazes de produzir efeitos em suas vidas e nos modos que buscam ser reconhecidas.

Podemos compreender, nas entrelinhas das discussões e nos dados produzidos no campo, que as estudantes acreditam que ser homem ou mulher extrapola os limites do social imposto e está além de um jeito, um modo, configurando-se na forma como a pessoa se compreende e se constitui. Reiteram a todo instante a necessidade de uma rápida mudança no entendimento que as pessoas possuem acerca da lesbianidade. Todas concordam que tais mudanças devem agir em todos os ambientes, esferas e espaços sociais.

A pesquisa nos demonstrou que posturas conservadoras ainda vigentes sobre o assunto lesbianidade se encontram reverberando nas famílias. A busca pela permanência heterossexual, assinalada ao longo das falas das meninas, é condizente com a realidade atual das lésbicas. O risco, medo ou constrangimento de que esse “mal” afete suas filhas faz com a abertura para o diálogo, convívio ou debates de algumas famílias impeça a descaracterização de uma doença, de uma opção meramente sexual ou ainda de um passo mais importante: a aceitação e o incentivo à luta das mulheres pela sua autonomia, seja ela de seus corpos, desejos, vontades.

A liberdade feminina, ainda que de pano de fundo abordada ao longo do texto, permite e contempla a necessidade da luta em busca de uma desestruturação social baseada no machismo patriarcal e conservador. O diálogo é e será o melhor caminho para que os estereótipos de gênero tornem-se irrelevantes, a ponto de os modos de ser, estar, comer, vestir, sentar, sejam regidos apenas pelas vontades de cada indivíduo sem as regulações sociais (im)postas.

A educação e as políticas públicas frente a essas discussões, ainda que não possamos negar seus avanços no enfrentamento à lesbofobia no Brasil, permitem questionamentos. Entendemos que a educação, indiscutivelmente, poderá ser o caminho mais eficaz ao enfrentamento das práticas sexistas, racistas e lesbofóbicas presentes no imaginário social que, entretanto, carece de políticas efetivas de enfrentamento da discriminação sexual. Acreditamos que todo ser humano, seja caracterizado como homossexual, seja como trans ou heterossexual, tem o direito à autoaceitação, às relações sociais positivas, orientadas pelo respeito, qualificação e acolhimento, à autonomia, à determinação de sua própria vida e realizações, à autoestima, à razão de viver e ao crescimento pessoal e social. E são esses valores que defendemos, sonhamos e por eles nos colocamos como educadores/as.

A educação, a escola e as políticas públicas podem e devem ser espaço de construção da igualdade e legitimidade social. Estamos cientes de que passos já foram dados rumo a esse ideal, mas ainda é importante e se faz necessária a realização de ações governamentais que reforcem as políticas públicas vigentes, a fim de transformar o espaço de (des)construção do conhecimento em um local que seja efetivamente inclusivo, que priorize o ensino-aprendizagem e que contemple a todos/as atores/atrizes sociais.

É por esse motivo que o objetivo deste estudo centrou-se no intuito de interrogar, problematizar e compreender como as estudantes pensam, sabem, entendem e compreendem as lesbianidades e como essas questões interpelam seus modos de compreender as dimensões de gênero e sexualidade, uma vez que entendemos a importância do diálogo para que atitudes como as citadas acima se configurem como ações cotidianas. Contudo, podemos observar que as jovens, ao tentarem ampliar e compartilhar o conhecimento sobre a lesbianidade, muitas vezes, encontram barreiras, a exemplo daquelas com a família. As discussões sobre lesbianidade na família, quando ocorrem, mantêm-se ainda pautadas por discursos atravessados e impregnados por conservadorismos, moralismos e preconceitos. Na concepção de nossas participantes, a família, ao silenciar, calar ou não permitir a expressão e o diálogo sobre a lesbianidade, cria barreiras que não permitem romper situações cotidianas de enfrentamento à violência lesbofóbica. Todas relataram que buscam conversar com os seus familiares, no entanto, percebem que esse diálogo não ocorre de forma tranquila, sendo carregado de medos e regulações.

Observamos, ainda, que essas jovens se encontram em processo de construção de suas opiniões, concepções, percepções e entendimentos. Esse processo está interpelado pelo silenciamento que a escola produz e pelas normas e regras perpassadas pela família que, em muitos casos, reforçam a agressão. Essas situações

acabam por reverberar nos preconceitos e limites impostos às representações sobre as lesbianidades. Desde os primeiros encontros, as participantes encerravam a lesbianidade dentro de uma representação de senso comum, atribuíam a essa mulher apenas uma postura de manter relações sexuais com outras mulheres. O viés patológico ainda paira sobre as falas. Essa dificuldade sobre a pronúncia, seja ela no nosso grupo, seja ela em suas residências ou escola, demonstra-nos o preconceito velado delas e para elas, caso defendam ou se mostrem a favor da discussão sobre lesbianidade. O medo do surgimento de uma suspeita quanto à sua condição heterossexual muitas vezes as impede de uma postura ideológica mais firme e desafiadora.

REFERENCIAS

- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beavouir, S. (1967 [1949]). *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caetano, M. (2011). *Gênero e Sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares* (Tese de Doutorado em Educação inédita). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Caetano, M. (2016). *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris.
- Cisne, M. y Gurgel, T. (2014). Os atuais desafios para o feminismo materialista. Entrevista com Jules Falquet. *Temporalis*, 27, 245-261. Recuperado de <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7984>
- De Lauretis, T. (2000). Sujetos excêntricos. La teoría feminista y la conciencia histórica (pp. 13-34). En *Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid: Horas y horas.
- Ellis, H. (1932 [1896]). *Inversão sexual*. Rio de Janeiro: Bruguiera.
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, 114, 197-223.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1993). Verdade e subjetividade. *Revista de comunicação e linguagens*, 19, 203-223.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade (pp. 264-287). Em M. Foucault, *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2011[1975]). *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (2009). Quem precisa da identidade? (pp. 103-133). Em T. T. da Silva (org. e trad.) (Ed), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Hanisch, C. (2016 [1969-1970]). Lo personal es político. Em A. Franulic y I. Jeka (compiladoras). *Lo personal es político. s/l*, Ediciones feministas lúcidas. Recuperado de http://www.diariofemenino.com.ar/documentos/lo-personal-es-politico_final.pdf
- Lopes Louro, G. (2007a). Pedagogias da sexualidade (pp. 7-23). Em G. Lopes Louro (org.) (Ed), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lopes Louro, G. (2007b). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Mogrovejo, N. (2000). *Um amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista em América Latina*. México: Plaza y Valdés.
- Mogrovejo, N. (2004). *Teoría lésbica, participación política y literatura*. Ciudad de México: Universidad de la Ciudad de México.
- Navarro Swain, T. (2004). *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Nogueira, N. (2005). *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960*. Campinas: Rocco Digital.
- Peixoto, A. (1934). *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Rich, A. (1983). *Sobre mentiras, secretos y silêncios*. Barcelona: Icaria.

Rose, N. (2001). The politics of life itself. *Theory, culture & society*, 18(6), 1-30.

Silva, T. T.; Hall, S. e Woodward, K. (2009). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Soihet, R. (1989). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Weeks, J. (2007). O corpo e a sexualidade (pp. 25-41). Em G. Lopes Louro (org.) (Ed), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

Wittig, M. (2006). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales.

NOTAS

1. O uso do prefixo *ismo* utilizado no final da palavra lesbianismo justificam-se por ser primeiramente dessa forma que era mencionada a lesbianidade antes da retirada do livro das doenças mentais.
2. Denominação dada no período a mulheres que se relacionavam de forma afetivo-sexual com outras mulheres.
3. Neste contexto, entende-se por subjetivação práticas e processos heterogêneos por meio dos quais os seres vêm a se relacionar consigo mesmos e com os outros como sujeitos de certo tipo” e objetivação “modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento (Rose, 2001).
4. Vale destacar que o sufixo “ismo”, diferente da interpretação corrente inicial, é usado, neste caso, como designador de movimento e mobilização social, a exemplo de comunismo, maoísmo, etc.
5. Por “curtição” as estudantes se referem a momentos de brincadeiras, descontração e leveza. Curtir algo e/ou algum momento, é aproveitar instantes de alegrias e prazer ao lado de amigos e amigas e /ou companheiras e companheiros, familiares...
6. Entendemos como enunciação todo e qualquer discurso que, influenciado pelas heranças culturais, comanda e regula a forma de existência e de vivência dos seres humanos (Fischer, 2001).
7. Por questões éticas manteremos no anonimato o nome da escola.